

# Quando a economia não basta: o soft power chinês frente ao legado hegemônico dos EUA

DOUGLAS SILVA E ISADORA HASSUM

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram-se como a principal potência hegemônica do sistema internacional. Ao liderarem a criação de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), no marco de *Bretton Woods*, os EUA estabeleceram as bases de uma nova ordem global (Almeida, 2010). Esse protagonismo foi reforçado durante a Guerra Fria por meio de iniciativas como a Doutrina Truman e o Plano Marshall, destinadas a consolidar uma ordem liberal liderada por Washington (Padula, 2018).

No entanto, a crise financeira de 2008 reacendeu o debate sobre a sustentabilidade dessa hegemonia. A comunidade internacional questiona se estamos, de fato, diante do seu fim ou apenas testemunhando uma reconfiguração da ordem mundial. É crucial ressaltar que a reconfiguração não implica no fim da hegemonia. Pelo contrário, pode ser uma adaptação de seus instrumentos de poder, permitindo que uma potência mantenha sua proeminência mesmo em um cenário mais multipolar (Nye, 1990). Enquanto pensadores como Arrighi (1994) e Wallerstein (2015) enxergam sinais de um declínio estrutural, analistas como Zakaria (2024) argumentam que a percepção de declínio pode ser maior do que o declínio real.

Para compreender essa dinâmica, é fundamental partir do conceito de hegemonia, que transcende a superioridade militar (*hard power*) e se baseia na capacidade de liderança por convencimento e atração, o *soft power*. Conforme Joseph Nye (1990), *soft power* é a capacidade de um ator “atrair e persuadir, em vez de coagir” (p. 153), derivando da cultura, dos valores políticos e da política externa de um país. Como apontam Keohane e Nye (2025), o *soft power* não é um acessório, mas um componente intrínseco da hegemonia.

Nesta análise, buscamos aprofundar a compreensão de como a ascensão da China se relaciona com essa

percepção de declínio americano, com especial atenção às limitações que o *soft power* chinês ainda enfrenta. Ao mesmo tempo, submetemos o próprio modelo americano a uma análise crítica, questionando até que ponto sua influência é totalmente “orgânica” e desvinculada das estruturas de poder do Estado. A China, embora avance expressivamente em *hard power*, ainda busca consolidar uma influência cultural e normativa que transcenda a percepção de ser uma imposição.

## Esforços da China para construir soft power

Nas últimas décadas, a China tem intensificado seus esforços para se tornar culturalmente atraente e expandir seu *soft power* no cenário internacional. Essa diretriz foi formalmente reconhecida em 2007, sob a liderança do então presidente Hun Jintao, e ganhou ainda mais ênfase no governo de Xi Jinping, que em 2017, em discurso no XIX Congresso do Partido Comunista Chinês, afirmou “*We will improve our capacity for engaging in international communication so as to tell China's stories well, present a true, multi-dimensional and panoramic view of China, and enhance our country's soft power.*”. A fala de Xi Jinping demonstra de forma clara a centralidade atribuída à comunicação estratégica na política externa chinesa contemporânea. Ao enfatizar a importância de “contar bem as histórias da China” e “apresentar uma visão panorâmica e multidimensional do país”, o líder chinês revela a intenção de moldar a percepção internacional da China por meio de narrativas positivas. Trata-se de um esforço deliberado para ampliar o *soft power* chinês, valorizando a diplomacia cultural como ferramenta de influência.

Para entender essa estratégia, é crucial notar que o conceito de diplomacia cultural se desenvolve de forma diferente para os chineses, que entendem a cultura de um modo distinto do ocidental (Zhang, 2017). Enquanto o Ocidente valoriza a expressão individual, a liberdade e a diversidade, o pensamento chinês se baseia na ideia de “cultivação” (*Xiūshēn*), que privilegia a harmonia, a ordem e a coletividade, o primeiro passo para a construção de uma sociedade justa (Cao, 2011). Desse modo, a mensagem cultural que a China busca difundir muitas vezes não encontra eco junto aos públicos ocidentais, que tendem a desconfiar de discursos que privilegiam a uniformidade ou colocam o coletivo acima do indivíduo (Guschin, 2013).

A diplomacia cultural é o centro da estratégia chinesa de soft power. Vista como a “alma” do poder nacional, a cultura serve para fortalecer a identidade e a coesão interna antes de ser projetada para o exterior. Essas características evidenciam a natureza dualística do soft power cultural chinês, que além de buscar melhorar a imagem chinesa mundo afora, protege a cultura doméstica dos perigos de uma ameaça cultural do ocidente, que eles chamam de *Western “cultural infiltration”* (Yun Xiao, 2017). Essa estratégia de segurança nacional busca, na perspectiva chinesa, legitimar internamente seu modelo político e posicioná-lo externamente como uma alternativa viável à ordem liberal-ocidental.

Essa concepção se materializa na comunicação internacional. A China investe massivamente em diplomacia cultural, destinando cerca de 10 bilhões de dólares anualmente, um valor significativamente superior aos 666 milhões de dólares dedicados pelos Estados Unidos no mesmo período (Shambaugh, 2015). Esses recursos financiam a expansão de sua mídia estatal, as chamadas “big four”: *Xinhua News Agency*, *China Global Television Network* (CGTN), *China Daily* e *China Radio International*. Esforços práticos incluem a proliferação dos Institutos Confúcio, o investimento na indústria cinematográfica e televisiva (ex: filmes como *Ne Zha 2*) e a organização de eventos como o *17th World Wushu Championship 2025* em Brasília. O Wushu, conhecido como Kung-Fu, é utilizado para projetar uma imagem de disciplina, excelência e herança histórica. A diplomacia de vacinas durante a pandemia de COVID-19 também serviu a esse propósito. O controle sobre esses canais e plataformas permite à China disputar narrativas e ampliar sua influência, oferecendo uma alternativa ao domínio ocidental da informação.

Essa concepção cultural baseada na harmonia e na coletividade ajuda a explicar a preferência chinesa por modelos comunicacionais uniformes, centralizados e alinhados ao Estado. Há, portanto, uma coerência interna entre os valores tradicionais e a forma como a China constrói seu *soft power*. No entanto, essa lógica, ainda que legítima dentro do contexto político-cultural chinês, entra em choque com a valorização da diversidade, autenticidade e liberdade de expressão predominantes em muitas democracias liberais ocidentais. É justamente dessa tensão entre coerência interna e recepção externa que surgem os principais limites da diplomacia cultural chinesa: ao projetar uma imagem moldada de cima para baixo, o país reforça a percepção de artificialidade e propaganda, dificultando a construção de vínculos simbólicos reais com

outras sociedades. Apesar de todos esses esforços e dessa política intensa de diplomacia cultural, a China ainda enfrenta grandes dificuldades para se inserir, de fato, no cenário global como uma referência cultural amplamente aceita e admirada. Esse impasse deriva principalmente do fato de que a China tem mostrado uma certa resistência em explorar plenamente o potencial de uma sociedade civil livre de amarras e censuras (Nye, 2011).

Trata-se de uma racionalidade distinta, baseada na integração entre cultura e poder político, características estruturais do modelo político chinês contemporâneo. Ainda que tal modelo não seja ilegítimo por si, ele enfrenta dificuldades de recepção em contextos internacionais onde a autonomia cultural é valorizada, sendo frequentemente percebido como instrumento estratégico do Estado, mais do que como expressão genuína da sociedade. Assim, embora não se trate de impor um padrão ocidental, é necessário reconhecer que a centralização excessiva pode limitar a eficácia externa do *soft power* chinês.

O acadêmico Qiao Mu (2021) reforça essa crítica, notando que projetos culturais financiados pelo governo não ganham legitimidade por serem vistos como meras extensões do Estado. A falta de liberdade criativa gera a percepção de que são instrumentos geopolíticos, e não expressões culturais genuínas. Essa dificuldade de recepção, em contextos que valorizam produções descentralizadas, compromete a eficácia do *soft power* chinês. Nos EUA e na Europa Ocidental, o modelo de *soft power* que se mostra eficaz se ancora em uma produção cultural descentralizada, orgânica e plural, que transmite valores como liberdade e diversidade. Embora esse modelo não seja um padrão único, ele define grande parte das expectativas globais sobre legitimidade.

Outra inconsistência reside entre o discurso oficial e a realidade interna. Institutos Confúcio, por exemplo, oferecem uma visão restrita e padronizada da cultura chinesa, focada em elementos tradicionais como caligrafia e valores confucionistas, embalados por narrativas alinhadas ao governo. Essa imagem oficial, que reforça a ideia de uma China eterna e imutável, contrasta com o crescente interesse de públicos ocidentais, especialmente os jovens, por uma "outra China": a das artes contemporâneas, dos cineastas independentes e de artistas que abordam questões sociais. Cristina Choung Chen (2019) destaca que fora da China há um público engajado em compreender, por meio da arte, as mudanças sociais e culturais do país, revelando um interesse por

expressões críticas que escapam à narrativa estatal. Michael Keane (2013) observa que esses *clusters* criativos urbanos oferecem uma alternativa cultural que dialoga com a juventude global, confirmando um movimento por uma China mais atual, plural e viva.

No contexto do Sul Global, a melhora da imagem da China muitas vezes não se deve diretamente à sua diplomacia cultural, mas à atuação de governos domésticos que reinterpretem e projetam essa relação de modo favorável. No caso brasileiro, a narrativa oficial se ancora na retórica da cooperação Sul-Sul e do multilateralismo, reconfigurando a imagem da China como uma alternativa à dependência do Norte Global. Essa mediação interna, operada por lideranças locais, revela uma importante limitação da estratégia chinesa: sua persuasão internacional depende de atores externos ao controle de Pequim, tornando seu *soft power* indireto, instável e contingente.

Assim, a construção de uma imagem positiva da China no Sul Global, longe de ser um reflexo direto dos esforços de *soft power* chineses, frequentemente passa por filtros e traduções locais, operadas por lideranças políticas, partidos, intelectuais e meios de comunicação nacionais (Silva; Martínez, 2022). Em vez de atrair diretamente, a China é “atravessada” por discursos locais que adaptam, suavizam ou ressignificam sua presença geopolítica, processo que tanto pode reforçar quanto desvirtuar os objetivos originais de sua diplomacia cultural.

## Contraste com o soft power dos Estados Unidos da América

O *soft power* dos Estados Unidos oferece um contraste instrutivo com os esforços chineses. A narrativa predominante de que a principal diferença reside na natureza descentralizada e orgânica da projeção de poder americana precisa ser submetida a um escrutínio crítico.

Os EUA exercem influência por meio de canais que permeiam a sociedade global, como a cultura popular. Como Suwankaewmanee (2021) aponta em sua análise sobre a trilogia do Capitão América, filmes de *Hollywood* exemplificam ideais americanos como “individualidade, democracia, liberdade, igualdade e patriotismo” (p. 1). Esses filmes não apenas entretêm, mas transmitem valores e narrativas que moldam e condicionam o imaginário coletivo e transcendem fronteiras de “forma orgânica” e

muito sedutora, sem a percepção de ser uma imposição estatal, porém é problemático considerá-los como um fluxo puramente orgânico e desprovido de qualquer percepção de imposição estatal ou de alinhamento com agendas geopolíticas. Contudo, a própria capacidade de *Hollywood* de ser um centro global de entretenimento não anula a interação de longa data da indústria com o governo dos EUA, inclusive em termos de fomento e, por vezes, influência no conteúdo, o que atenua a ideia de uma cultura pop inteiramente “livre” (Wul, 2022). *Blockbusters* sobre guerras, super-heróis ou o “*american way of life*” raramente oferecem críticas incisivas à política externa americana, e quando o fazem, limitam-se a aspectos individuais ou moralmente seguros, sem questionar a estrutura de poder.

De forma similar, as universidades americanas, que atraem talentos globais, precisam ser analisadas sob a perspectiva da integridade de sua autonomia. Embora se baseiem em “*academic research, relatively independent operation, and aim to serve scientific decision-making*” (Lyu, Bielefield e Liu, 2020, p. 1), essa autonomia não é absoluta. A influência de grandes doadores e agendas políticas pode gerar alinhamentos que desafiam a noção de independência irrestrita.

Apesar dessas limitações, a suposta autonomia desses centros de conhecimento, em contraste com a percepção de controle estatal mais rígido imposta às instituições chinesas, é um componente-chave do *soft power* americano. A própria capacidade de instituições e de movimentos de contracultura de criticar políticas estatais — o que evidencia profundas divisões internas — pode, em vez de reforçar uma imagem homogênea, erodir a confiança na consistência dos valores que os EUA projetam globalmente. Assim, embora a pluralidade seja um pilar do modelo americano, sua legitimidade depende de um equilíbrio delicado entre o debate e a manutenção de uma imagem de coerência.

Essa visão, que idealiza a pluralidade, é excessivamente simplista. A realidade demonstra que, apesar da existência de espaços para dissidência, o sucesso do *soft power* estadunidense está enraizado em um sistema que combina liberdade formal com um alinhamento estrutural entre elites econômicas, políticas e midiáticas (Brady, 2008). Filmes de *Hollywood*, embora formalmente independentes, frequentemente incorporam narrativas que legitimam os valores e interesses estratégicos dos EUA. O que é lido como liberdade criativa pode, em muitos casos, estar inscrito em

dinâmicas de poder e propaganda tão sofisticadas quanto eficazes.

A hegemonia cultural norte-americana, portanto, também se apoia em dispositivos de censura indireta, concentração de mercado e pactos implícitos entre indústria e Estado. Reconhecer essas nuances permite uma análise mais equilibrada, que não idealiza o modelo americano nem demoniza o modelo chinês, mas evidencia que o soft power, em qualquer contexto, é sempre uma ferramenta politicamente situada. Portanto, o contraste entre o modelo centralizado chinês e o modelo estadunidense não deve ser lido de forma binária. Como argumenta Hassig (2012), o controle do conteúdo cultural na China é explícito, enquanto nos EUA ele se manifesta de forma mais sutil, estrutural e internalizada pela própria indústria cultural.

Mesmo diante de crises internas, os EUA persistem como a principal referência cultural, educacional, tecnológica e simbólica do mundo. Essa resiliência torna a narrativa do “declínio americano” passível de relativização, especialmente no plano simbólico.

## Conclusão

Diante da complexidade das transformações em curso na ordem internacional, torna-se evidente que a noção de declínio da hegemonia americana deve ser tratada com cautela e nuance. Embora existam sinais estruturais que indicam desafios à primazia dos Estados Unidos, como a ascensão da China, a multipolarização econômica e as tensões geopolíticas, o *soft power* estadunidense continua a operar como um elemento central de sua capacidade de influência global. Essa resiliência simbólica não se sustenta apenas em valores liberais ou narrativas culturais, mas também em estruturas institucionais, redes de conhecimento e dispositivos midiáticos que, ainda que muitas vezes idealizados como livres e espontâneos, respondem a dinâmicas de poder profundamente enraizadas.

Por outro lado, a estratégia chinesa de construção de *soft power*, embora ambiciosa e consistente com sua lógica política interna, esbarra em limites significativos de recepção externa do ocidente. A centralização excessiva, a padronização cultural e a ausência de vozes críticas reduzem a atratividade de sua diplomacia cultural, principalmente em contextos onde a espontaneidade e a diversidade são associadas à legitimidade. Ao invés de representar

não deve ser lido de forma maniqueísta, entre liberdade e autoritarismo, mas sim como expressão de racionalidades políticas distintas, que moldam de maneira específica os modos de produzir e difundir influência.

Nesse cenário, o debate sobre hegemonia transcende a simples medição de capacidades materiais: envolve a disputa pelo controle de narrativas, pela definição do que é legítimo, desejável e admirável no plano internacional. A centralidade do *soft power* nessa disputa revela que a liderança global hoje é, em grande medida, uma batalha simbólica. Os Estados Unidos, com todas as suas contradições, ainda conseguem dominar esse campo com relativa eficácia. A China, por sua vez, enfrenta o desafio de adaptar sua projeção internacional sem comprometer sua coerência interna. O futuro da ordem global dependerá, portanto, não apenas da redistribuição de poder material, mas da habilidade das potências em disputar corações e mentes em um mundo cada vez mais interconectado, desconfiado e exigente quanto à legitimidade da liderança global.

# Referências

---

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Hegemonia, império e ordem mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 51-72, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

BRADY, Anne-Marie. **Marketing dictatorship: propaganda and thought work in contemporary China**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

CAO, Qing. The language of soft power: mediating socio-political meanings in China's public diplomacy. **International Journal of Communication**, v. 5, p. 23-42, 2011.

CHEN, Cristina Choung. Arte, censura e soft power na China contemporânea. **Revista Científica/FAP**, v. 14, n. 2, p. 9-26, 2019.

GUSCHIN, Arthur. Beijing's public diplomacy challenge. **The Diplomat**, 19 dez. 2013. Disponível em: <https://thediplomat.com/2013/12/beijings-public-diplomacy-challenge/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

HASSIG, Kongdan Oh. China's soft power strategy in Africa. In: **INSTITUTE FOR DEFENSE ANALYSES**. Security in Africa. Alexandria: IDA, 2012. p. 9-13. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep26970.4>. Acesso em: 28 jul. 2025.

KEANE, Michael. China's new creative clusters: governance, human capital and investment. London: **Routledge**, 2013.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR., Joseph S. The end of the long American century: Trump and the sources of U.S. power. **Foreign Affairs**, v. 4, n. 104, p. 1-16, jul./ago. 2025.

LYU, Qing; BIELEFIELD, Arlene; LIU, Yan Quan. Academic pursuits and involvement in decision-making: study on the formation of U.S. university think tanks. **Administrative Sciences**, v. 10, n. 4, p. 1-16, 2020.

MONTENEGRO, Renan Henrique de Souza. Crise ou afirmação da hegemonia americana? Arrighi, Wallerstein, Fiori e Zakaria. **Estudos Internacionais**, v. 3, n. 2, p. 247-265, 2015.

NYE., Joseph S. Soft power. **Foreign Policy**, n. 80, p. 153-171, Autumn, 1990. NYE, Joseph S. **The future of power**. New York: Public Affairs, 2011.

NYE, Joseph S. China's soft power deficit: to catch up, its

# Referências

---

politics must unleash the many talents of its civil society. **The Wall Street Journal**, 29 jan. 2012. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB10001424052970203718504577178832338032176>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PADULA, Raphael. Geopolítica, poder e hegemonia dos EUA: da Guerra Fria ao século XXI. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, v. 5, n. 1, p. 40–58, 2018.

QIAO, Mu. Apud: THE ECONOMIST. China's soft power problem. **The Economist**, 22 maio 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2021/05/22/chinas-soft-power-problem>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SHAMBAUGH, David. China's soft-power push. **Foreign Affairs**, v. 94, n. 4, p. 99–107, jul./ago. 2015.

SILVA, André; MARTÍNEZ, Carla. **Impact of Asian Soft Power in Latin America: China and South Korea as Emerging Powers in the Subcontinent**. Buenos Aires: Latin American Center for International Studies, 2022.

SUWANKAEWMANEE, Lalita. American soft power through Hollywood superhero movies: the case of the trilogy of Captain America. **English Language and Literature Studies**, v. 11, n. 3, p. 1–6, 2021.

THE ECONOMIST. China's soft power problem. **The Economist**, 22 maio 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2021/05/22/chinas-soft-power-problem>. Acesso em: 17 jun. 2025.

WUL, Meihan. The role of Hollywood films in American soft power. In: **The International Conference on Interdisciplinary Humanities and Communication Studies**, p. 1–5, 2022.

XI JINPING. Discurso na cerimônia de abertura do XIX Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, Pequim, 18 out. 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-10/18/c\\_136688475.htm](http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-10/18/c_136688475.htm). Acesso em: 12 jun. 2025.

YUN, Xiao. **Cultural soft power construction: theoretical reflection and strategic design**. Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press, 2017.

ZHANG, Guozuo. Research Outline for China's Cultural Soft Power. **Singapura: Springer**, janeiro de 2017. DOI: 10.1007/978-981-10-3398-8. ISBN: 978-981-10-3396-4